

# CONFERÊNCIA

---

## A CARTA NÁUTICA DE 1424 DA BIBLIOTECA DA UNIVERSIDADE DE MINNESOTA E O SUPPOSTO DESCOBRIMENTO PRÉ-COLOMBIANO DA AMÉRICA (\*).

---

Chegando ao nosso conhecimento que uma parte da rica coleção de Sir Thomas Phillips foi comprada em 1946 por William H. Robison Limitada, famosos negociantes de livros raros, que nela encontraram uma carta náutica de 1424, que afinal foi adquirida pela biblioteca da Universidade de Minnesota e incorporada, em 1953, à coleção James Ford Bell, demos-nos pressa em escrever a essa Universidade, solicitando uma fotocópia da carta em apreço, para o nosso estudo sobre cartografia pré-colombiana.

O nosso pedido foi atendido com toda a solicitude pelo Sr. John Parker, curador da coleção James Ford Bell, que nos enviou um opúsculo intitulado *Antilia and America* contendo não só uma apreciação sobre a referida carta náutica, como uma reprodução estereotipada da mesma, em tamanho menor do original. Também o citado curador nos autorizou a reproduzir neste trabalho uma parte dessa carta, o que tudo penhorado agradecemos.

Não é de hoje que, de vez em quando, surgem, inesperadamente, notícias revelando o encontro de documentos que alterariam radicalmente a História, notadamente dos descobrimentos marítimos nos séculos XV e XVI, se de fato tivessem o valor que lhes procuram emprestar os que, por considerações de vaidade nacional, pretendem descobrir descobridores, para isso desclassificando uns para enaltecer outros, numa manifesta inversão de valores. Está nessas condições o estudo que, da carta náutica de 1424, fez o historiador português Armando Cortesão, publicado em 1954 pela tradicional Universidade de Coimbra.

Tanto o opúsculo *Antilia and America* da Universidade de Minnesota, como o artigo estampado no número de abril de 1955 da *American Heritage* pelo historiador Alvin M. Josephy Júnior, nada mais são que resumos do aludido trabalho do professor Cortesão.

---

(\*) . — Conferência pronunciada na Sociedade de Estudos Históricos em 11 de abril de 1956 (Nota da Redação).

Com êste pequeno intróito, passamos a fazer um ligeiro comentário dos principais tópicos do folheto *Antilia and America*, para depois estudarmos a carta náutica de 1424 e chegarmos às nossas conclusões.

A posição geográfica da Europa setentrional com relação à América boreal, inegavelmente facilitou muito as incursões dos normandos. Assim mesmo, depois de se terem instalados na Islândia, levaram 233 anos para atingir a *Vinlândia* (1).

Com os seus navios *drakkars* (dragões) (2) passavam das costas ocidentais da Noruega às ilhas Shetland ou às Farøe, de onde rumavam para a Islândia. Uma vez atingida esta ilha, navegavam para a parte sul da Groelândia e, atravessando o estreito de Davis, aportavam no Lavrador. Como se vê, realizavam uma navegação de cabotagem, o que não se pode comparar com a viagem transatlântica de Colombo em 1492.

Diz o autor do opúsculo que a colonização da Groenlândia pelos normandos e suas explorações ao longo das costas da América do Norte nos séculos X e XI, foram divulgadas nos portos ocidentais da Europa até aos afastados locais do sul da Sicília.

Não concordamos que a colonização da Groenlândia pelos normandos e suas incursões no Lavrador e regiões circunvizinhas, tenham sido divulgadas nos portos ocidentais da Europa e até na Sicília. Caso assim tivesse acontecido, tais notícias teriam sido incorporadas às tradições britânicas, ibéricas e italianas. Como então se explica que os navegantes de Bristol ao se fazerem de vela pesquisando o Atlântico, em vez de navegarem para o norte ou mesmo para o noroeste, rumavam sempre para o sudoeste em procura das imaginárias ilhas *Brasil* e *Antilha*? Por que Colombo não incluiu nas suas cogitações, quando arquitetava o seu projeto da travessia do Mar Oceano, as notícias das viagens às regiões boreais feitas pelos normandos?

Depois da descoberta da parte sul da Groenlândia, o comércio que se estabeleceu com a *Vinlândia*, cuja vegetação não oferecia nada de atraente, e a contínua resistência dos esquimós tinham atraído tão poucos colonos e navegantes, que a existência dessa região não se divulgou entre os povos civilizados da Europa meri-

- 
- (1). — *Vinland it goda* (o bom país da vinha), região indeterminada do litoral leste da América Setentrional, que teria sido atingida por Leif Erikson depois de 982, ano êste em que seu pai Erik, o Ruivo, aportou na parte sul da Groenlândia.
  - (2). — Os navios usados pelos normandos nas suas incursões, geralmente tinham as seguintes características: comprimento de 25 a 27 metros, bôca de 5 a 6 metros, pontal de 1 e meio a 1 metro e 70 centímetros. Em cada lado 15 remos e 1 mastro central com vela quadrada. Devido a ser pequeno o pontal, ficava muito reduzido o espaço disponível para o transporte de alimentos e água para uma tripulação calculada entre 60 a 80 homens. Portanto, navios de pequena autonomia, tanto assim que não dispunham de coberta para abrigar a tripulação das intempéries.

dional. Já em 1261 a Groenlândia tinha perdido a sua constituição republicana e, como possessão norueguesa, ficara interdita. A partir de Margarida Waldemar, os reis da União Escandinava reservaram para si o monopólio do comércio com as colônias e tomaram medidas tão extremas, que nenhum navegante particular podia tocar em suas colônias sob penas severíssimas. Não podendo o governo da União manter contínua comunicação com as suas distantes possessões e não querendo desistir do monopólio, aconteceu que as mais longínquas pouco a pouco foram caindo no esquecimento (3).

Diz o autor do opúsculo *Antilia and America* que os fenícios navegaram até a Inglaterra e foram mesmo até os Açores, no segundo milênio a. C. Temos conhecimento das viagens dos fenícios através de relatos nebulosos da geografia mítica dos helenos, não se podendo criteriosamente estabelecer com tóda a segurança as regiões que visitaram, visto que às notícias foram intercaladas lendas mitológicas. De positivo, apenas sabemos que percorreram a costa ocidental da África até a foz do Gâmbia, tendo descoberto as Canárias. Também foram à Espanha em procura de prata e, mais além, às Ilhas Britânicas em busca de estanho.

Admitindo-se, só para argumentar, que os fenícios tenham atingido os Açores e mesmo navegando para oeste desse arquipélago, perguntamos: como teriam vencido os ventos predominantes de oeste para leste, que sopram durante 9 meses no ano, entre 45 e 60 graus de latitude norte? Qual teria sido o tipo de navio usado pelo fenícios nas suas viagens? Navios de vela como a caravela que navegava à bolina, não podiam ser. E se o fôsem, não poderiam vencer, como não venceram os caravelistas açoreanos, os predominantes ventos de oeste.

Se usavam, como tudo faz crer, a galera, então é que se complicam as coisas, porque esta espécie de embarcação não se prestava para viagens transoceânicas, pelos seguintes motivos: *primo*, porque os remadores que eram numerosos, deviam ser bem alimentados, para dar a necessária velocidade à galera, e esta não dispunha de espaço suficiente para conduzir víveres e água para uma longa viagem; *secundo*, porque essa embarcação era de borda baixa e mal fechada por convés, portanto imprópria para navegar em alto mar, pois qualquer pequeno temporal a fazia sossobrar.

Acaso teriam os fenícios, em época remota, atingido a América do Norte e os Açores, do mesmo modo que os normandos? Ou, sem prévio e demorado estudo dos ventos e correntes marítimas que imperam no Atlântico Norte, *teriam casualmente* realizado viagens

(3). — Alexandre de Humboldt, *Cosmos*, edição francesa, 1855, volume II, páginas 282 a 292.

ao Novo Mundo iguais a de Colombo? Aí estão perguntas que, os que sustentam que os fenícios visitaram a América, devem responder sem recorrer ao sofisma (4).

Sustenta o autor do opúsculo *Antilia and America* que os fenícios foram além dos Açôres, porque Aristóteles na *Meteorológica* faz referência ao mares calmos cheios de algas, bem longe no Atlântico, sem dúvida o Mar de Sargaço. Entretanto, a notícia que nos dá o sábio grego sobre as algas marinhas é muito vaga.

Desde a mais remota Antigüidade que os geógrafos fazem referência às algas que flutuam no Atlântico. O périplo atribuído a Cilax, cuja narração é do tempo de Filipe da Macedônia, alude a uma abundância de algas nas proximidades das ilhas de Cabo Verde (5). Outros autores, como Oviedo (6), dizem que elas são encontradas perto da costa ocidental da Espanha, havendo quem afirme terem sido notadas nas proximidades das Ilhas Britânicas.

Querer identificar as algas marinhas a que faz alusão Aristóteles, com o Mar de Sargaço, é avançar em demasia no terreno das conjecturas. O verdadeiro Mar de Sargaço que, segundo Humboldt (7), cobre sete vezes a superfície da França, estende-se de 22° a 30° de latitude norte, e de 35° a 75° de longitude pelo meridiano de Greenwich, estado sujeito a repentinos deslocamentos devido às correntes marítimas. De modo que, pelo simples fato de qualquer navegante da Antigüidade ou do século XV, ter avistado ou mesmo penetrado algumas dezenas de léguas no Mar de Sargaço,

---

(4). — Muito antiga é essa questão da existência de pseudo provas dos fenícios terem aportado à América. O padre Simão de Vasconcelos, nas suas *Crônicas da Companhia de Jesus*, escreve que fenícios teriam sido os povoadores do Brasil. Onffroy de Thoron, posteriormente tem os fenícios como colonizadores de plagas americanas (1887-1889). Vários, porém, são os autores que, dados a certas elucubraciones tem pisado esse terreno perigoso.

Ainda quanto ao Brasil, sábio da envergadura de Ladislau Neto aventa o problema e dá a sua conhecida carta a Renan, e Tristão de Alencar Araripe (tomo L da *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*), ainda que rapidamente também o considera.

Depois, o cônego Pennafort (*Brasil Pré-histórico* — 1900), adotando as idéias de Thoron, afirma que aquêlo povo navegador deixara vestígios (hieroglifos) quando da sua passagem pela América.

Bernardes da Silva Ramos, também, nas suas *Inscrições e tradições da América pré-histórica, especialmente do Brasil* (dois alentados volumes) quer ver fenícios e gregos arcaicos nas nossas inscrições rupestres. Mas, a argumentação e o documentário desse autor estão longe de atender aos ditames da ciência arqueológica, por exemplo na interpretação que oferece a respeito da pseudua inscrição da Gávea (que mereceu, aliás, o interesse do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro), mas que não passa de efeitos da erosão, coisa natural, como o comprova o geólogo Luciano Jacques de Moraes, no seu estudo *As Pseudas-Inscrições da Pedra da Gávea* (Boletim da Associação dos Geógrafos Brasileiros — ano IV, maio de 1944, n.º 4).

Em resumo: até o momento, não temos conhecimento de documentos que, dentro do critério verdadeiramente científico, autorize a idéia da estada de fenícios na América.

(5). — Idem, *Examen Critique*, volume 1, página 35.

(6). — Oviedo y Valdes (Gonzalo Fernández de), *Historia General y Natural de las Indias*. Madri, 1851-1855, livro II, capítulo V.

(7). — *Examen Critique*, tomo III, página 69.

não constitui prova suficiente para se admitir um descobrimento de terras ou simples ilhas da América.

Dá o autor do opúsculo que estamos apreciando, grande importância a uma inscrição que se lê no mapa de Ruysch de 1508, a qual diz que a ilha *Antilha* fôra encontrada pelos portugueses, mas que agora ao procurarem-na, não a encontraram. Simplesmente irrisório: a ilha era tão pequena como a agulha que se perdeu no palheiro. A darmos crédito a tôdas as inscrições que se encontram nas antigas cartas, então a prioridade da descoberta dessa ilha pertence aos espanhóis, uma vez que a carta de André Bianco, de 1436, traz uma legenda nesse sentido (8).

Na carta que Toscanelli escreveu a Colombo, aconselhando-o a procurar a costa oriental da Ásia, via ocidente, há um tópico que diz:

“Da ilha Antilha que chamais das Sete Cidades, da qual tendes notícia, até a nobilíssima ilha de Cipango, existem dez espaços que correspondem a 2050 milhas, isto é, 225 léguas” (9).

Esta passagem de há muito tem servido para historiadores apressados afirmarem que a ilha *Antilha* tinha sido descoberta pelos portugueses, anteriormente à viagem de Colombo. Não contestamos que a ilha em apreço fôsse conhecida dos lusitanos. Mas conhecida através das cartas medievais desenhadas pelos cartógrafos italianos, mapas êstes que também conhecia Toscanelli. Mas se esta nossa opinião não satisfaz, por que insistiram os nautas portugueses em procurá-la, se já a tinham encontrado na época em que o sábio florentino escrevia ao grande Genovês?

Finalmente lemos no opúsculo *Antilia and America*, página 4, esta passagem:

“No estudo dêsse mapa (carta náutica de 1424) o professor Cortesão põe em evidência as tendências das correntes do Atlântico como fator auxiliar para a descoberta da América pelos navegantes pré-colombianos. A corrente das Canárias corre rumo sudoeste da África para a região das Antilhas, onde se une com a corrente do gôlfo, que flui através da Terra Nova e daí atravessa o Atlântico dirigindo-se para a Europa. A área na qual essa corrente se move é o grande mar calmo, de algas, chamado Mar de Sargaço. Não seria, portanto, anormal se um navio impellido pelas tormentas partisse dos Açores ou das Canárias, chegasse à América e voltasse para a Europa levado por esta corrente”.

(8). — Sophus Ruge, *Geschichte des Zeitalters des Entdeckungen*, Berlim; 1881. Tradução portuguesa: *História da Época dos Descobrimentos*, página 213.

(9). — Apud *Historie della vita e dei fatti di Cristóforo Colombo per D. Fernando Colombo suo figlio*, comentada por Rinaldo Caddeo. Edição Alpes de Milão, 1930, volume I, página 61.

E' evidente que o professor Cortesão com essa sua opinião pretende exumar a historieta do piloto desconhecido que, após ter descoberto terras da América, de retôrno à Europa, entregou na Madeira a Colombo, antes de morrer de fadiga, o roteiro da sua atribulada viagem, sendo que o Genovês dêle mais tarde se valeu para fantasiar todo o plano de sua primeira viagem ao Novo Mundo.

Até o fim do século XIX essa novela podia ser aceita como verídica pelos incautos. Mas agora, depois que as cartas náuticas passaram a assinalar com tôda a minúcia os ventos e correntes marítimas, a historieta não pode mais ser tolerada. O almirante Morrison (10) se encarregou de deitar a última pá de terra nesse assunto, provando náuticamente a impossibilidade da viagem do piloto desconhecido, sem um prévio estudo, à semelhança do que fizera Colombo, dos ventos e correntes marítimas que predominam no Atlântico Norte.

\* \* \*

A carta náutica de 1424 da biblioteca da Universidade de Minnesota, é da autoria de um cartógrafo anônimo veneziano. Foi desenhada em um pedaço de pergaminho medindo 35 polegadas de comprimento por 22 de largura, sendo que a escala é aproximadamente de 1:6.500.000. Abrange o litoral ocidental da Europa, desde o Mar do Norte até o sul da península ibérica, e o da África, a partir de Tânger até a latitude das Canárias.

E' irmã gêmea da que existe na Biblioteca de Weimar, que foi desenhada também em pergaminho por um cartógrafo italiano e que traz por sua vez a data de 1424. Mede esta quase que as mesmas dimensões da que ora se acha na biblioteca da Universidade de Minnesota, pois tem de comprimento 34 polegadas e 6 linhas, por 21 polegadas e 6 linhas de largura. Nesta carta encontram-se assinaladas, como na da referida biblioteca yankee, as ilhas imaginárias do Atlântico Norte, inclusive as lendárias *Antília* e *Satanaxio*.

Não nos consta que, após ter Humboldt (11) divulgado em 1833 a existência da carta da Biblioteca de Weimar, tenha algum historiador de renome se aventurado a emprestar a ela o valor que ora procuram emprestar à sua irmã gêmea, como documento cartográfico suficiente para provar um descobrimento pré-colombiano da América, apesar dos profundos estudos que sôbre os descobrimentos marítimos nos séculos XV e XVI, fizeram Henry Harrisse,

---

(10). — Samuel Elliot Morrison, *Admiral of the Ocean Sea*, tradução argentina, Buenos Aires, 1945, páginas 99 a 101.

(11). — Uma discrição pormenorizada da carta de Weimar é encontrada no *Examen Critique*, volume II, páginas 180 a 186.

Henry Vignaud, D'Avezac, Gaffarel, Kretschmer, Oscar Peschel, Sophus Ruge, J. Mess, G. E. Nunn, Samuel E. Morison e o próprio Humboldt.

Na cartografia italiana medieval se encontra reproduzido todo o sistema geográfico da Antigüidade, inclusive o dos tempos homéricos; as idéias de Aristóteles, Platão, Estrabão, Sêneca, Ptolomeu e outros sábios, bem como as lendas antigas e religiosas da Idade Média, isso devido a que os cartógrafos dessa época se limitavam a copiar as antigas cartas, mencionando nas suas, sem o menor escrúpulo, tudo o que nelas encontravam, como se pode ver confrontando as cartas de Pizigano de 1367, Catalão de cêrca de 1375, de Beccario de 1435, de André Bianco de 1436, de Bartolomeu Pareto de 1455, de Gracioso Benincasa de 1482 e outras.

A carta náutica de 1424, da biblioteca da Universidade de Minnesota, não escapa dessa sistematização e, submetida a um confronto com as demais do século XV, fica destituída de qualquer valor crítico para provar um descobrimento pré-colombiano da América. Estudêmo-la com a merecida atenção.

A sudoeste da Irlanda, em forma de disco, temos uma ilha com o nome de *Brasil*. Supérfluo estendermo-nos em considerações para provar ser ela imaginária. Encontrâmo-la desenhada também em forma de disco, na mesma posição geográfica na carta de Pareto de 1455 e em outras daquela época. Todavia convém aqui assinalar que os cartógrafos medievais, quase todos italianos, espalhavam, a torto e a direito, nas suas cartas, principalmente no Atlântico Norte, inúmeras ilhas imaginárias cujas inscrições indicavam o caráter mitológico delas. Dêsse modo se explica porque a ilha *Brasil* muda de posição, de mapa para mapa, e até chega a figurar numa mesma carta duas e até três vêzes, como se observa na carta em apreço, na de Pizigano de 1367, na de Pareto de 1455 e em outras.

À procura dessa ilha *Brasil* partiram principalmente de Bristol inúmeros navegantes, sem nunca a terem encontrado. Mas a crença da sua existência era tão grande que, segundo relata Morison (12), o professor Westropp disse tê-la avistado da costa irlandesa em 1872, e os pescadores da ilha Aran ainda acreditam que ela aparece misteriosamente cada sete anos.

Logo abaixo da ilha *Brasil*, a carta assinala uma em fôrma de guarda-chuva invertido, com o nome de *Ixola de uentura* e, afastadas desta, orientadas de norte a sul, quatro ilhas, sendo que três têm nomes a saber: *lubrioczo*, *Ixo de unetula* e *Ixo de brasil*. Pouco abaixo destas, temos uma com o nome de *Capiria Louo*. Estas

---

(12). — Samuel Elliot Morison, *Portuguese Voyages to America in the Fifteenth Century*, Cambridge, 1940, página 28.

ilhas, na carta de Beccario de 1435, Pareto de 1455 e Benincasa de 1482, trazem uma inscrição cuja tradução é a seguinte: *ilhas afortunadas de São Brandão*. Indubitavelmente uma alusão à conhecida lenda medieval irlandesa deste santo, misturada com a das *Ilhas Afortunadas da Antiguidade*.

Depois desse grupo, temos três ilhas com o nomes de *madeira*, *portosanto* e *dextera* (deserta). Desnecessário esclarecer que essas ilhas são as que constituem o arquipélago da Madeira, figurado em mapas anteriores ao seu redescobrimento pelos portugueses, como no portolano Mediceo de 1351, no Catalão de cerca de 1375 e outros.

Abaixo deste arquipélago temos as Canárias, em posição geográfica aproximadamente com a realidade.

Para oeste, bem afastadas dessas ilhas que estudamos, em pleno Atlântico Norte, também orientadas de norte a sul, depara-se com uma ilha em forma de crescente, de nome *Saya*. Esta ilha figura na carta de Pareto de 1455 com o nome de *insulla de mam* e na de Benincasa de 1482 sem nome algum. O autor do opúsculo *Antilia and America* diz que a palavra *Saya* é portuguesa e significa armadura feita de malha de metal, usada na Idade Média. Mas tal palavra pode também ser a italiana *sàia*, que significa tecido leve de lã. De qualquer modo é uma ilha imaginária e nunca foi encontrada ou identificada com qualquer autêntica.

Em tamanho muito maior que as demais, temos logo abaixo de *Saya*, em forma retangular, duas ilhas com as seguintes legendas: *Ista ixolla dixemo satanazes* e *ista ixola dixemo antilia*. Na ilha *Satanazes* existem cinco nomes e na *Antilia* oito, todos ilegíveis, apesar de têmos usado uma lente para examinar a reprodução estereotipada da carta em apreço. A oeste da *Antilia* existe uma ilha com o nome *Ymana*. Finalmente quase que na extremidade sul da carta, também em forma de retângulo, vê-se uma ilha com o nome de *balmar*, que não se pode identificar com nenhuma das autênticas que conhecemos.

Desnecessário escrever qualquer coisa para evidenciar que a ilha *Satanazes* nada mais simboliza que uma das inúmeras lendas com que povoavam o Mar Tenebroso dos árabes. Imaginárias, também são as ilhas *Ymana* e *balmar*.

Quanto à origem do nome da famigerada *Antilia* ou *Antilha*, é cheia de controvérsia. Uns entendem que a palavra é de origem portuguesa e significa *ante-ilhas*, isto é, antes do golfo das 358 *ilhas felizes* assinaladas por Marino Sanuto em seu portulano de 1320. Outros, como Giandomenico Serra, na sua volumosa monografia *Da Altino alle Antille*, são de opinião que os nomes *Antilla*, *Altilla*, *Attilia* e *Atilia*, alterados depois para *Antilia*, *Antilla* ou *Antille*,

provêm da cidade vêneto-romana *Altinum*, destruída por Atila em 452. Há os que dizem que a palavra *Antilia* ou *Antilha*, é uma abreviação do vocábulo espanhol *Atlantilla* ou daquela portuguesa *Atlantilha*, no sentido de pequena *Atlântida*, recordação do grande continente submerso, de que nos fala Platão no seu *Timeu*. Humboldt (13) é de parecer que o nome deriva do árabe *Altin*, que significa a ilha dos dragões do mar.

O historiador inglês C. R. Crane (14), da *Royal Geographical Society* de Londres, publicou um interessante estudo sobre a origem da palavra *Antilia*, cujo resumo é o seguinte: Na carta de Pizigano de 1367, da Biblioteca Nacional de Parma (Itália), existe uma inscrição cuja tradução diz:

“Há estátuas em frente das praias de *Atullia* (*ante ripas Atulliae*) colocadas para a segurança dos navegantes, pois além se estende o mar perigoso que os nautas não podem singrar”.

Na carta de Beccario de 1435 existe uma ilha em forma retangular, aproximadamente na posição da legenda da carta de Pizigano, com o nome *Antillia*. Pondo-se à margem a palavra *Antillia* e estudando-se o resto da inscrição da carta de Pizigano, nota-se que ela repete o que geralmente dizia a cosmografia medieval: que Hércules colocara duas colunas no estreito de Gibraltar, para assinalar o limite da navegação para oeste. A identificação das colunas de Hércules com a terra de cada lado do referido estreito, é feita por Fra Mauro na carta de 1459. Assim, é admissível que a inscrição da carta de Pizigano refira-se ao estreito aludido, e que a frase *ante ripas Atulliae*, aluda a essa região. O nome clássico repetido na literatura medieval e no mapa de Fra Mauro, para a região ocidental da África mediterrânea é *Getuliae*. Se corrigirmos a frase *ante ripas Atulliae*, para *ante ripas Getuliae*, teremos a descrição certa, de acordo com as idéias medievais, das ilhas sobre as quais encontravam as colunas premonitórias. A maiúscula G da carta de Pizigano com iluminura, pode facilmente ser confundida com um A. Assim é admissível que a *Atulliae* da carta de Pizigano seja uma cópia errada de *Getúlia*, que os cartógrafos, enganando-se, leram *Antillia*.

De tudo que acabamos de expor, fica evidenciado que a origem da palavra *Antilia*, ou *Antilha*, não serve para provar ser ela portuguesa, e tão pouco justificar de qualquer modo um descobrimento pré-colombiano da América por nautas lusitanos.

A carta náutica de 1424 da referida Universidade norte-americana, traz desenhada, como já dissemos, diversas ilhas em forma

(13). — *Examen Critique*, volume II, página 211.

(14). — *Geographical Journal*, volume XCI, número de março de 1938.

retangular, inclusive a *Antilha*. Só isso é mais que suficiente para se concluir que essa ilha é imaginária porque, se de fato qualquer navegante a tivesse encontrado, não iria descrevê-la indicando um formato que em absoluto não correspondia à realidade, uma vez que nenhuma ilha das que conhecemos tem tal configuração ex-cêntrica.

Um outro argumento para provar que essas ilhas da carta náutica de 1424, exceção feita das Canárias e Madeira, não passam de ilhas imaginárias, que apenas refletem as lendas da Antigüidade e da época medieval, é o seguinte: elas estão orientadas *de norte a sul*. Ora, como diz Gago Coutinho (15), é inadmissível que navegantes capazes de ir naquela época a ponto tão longe, tenham prestado informações tão erradas aos cartógrafos seus contemporâneos, tanto em distância como principalmente em orientação porque, as ilhas autênticas estão orientadas *de leste a oeste*.

Se em 1424 ou antes desta data, um nauta português descobriu a lendária *Antilha*, tanto assim que a carta náutica de 1424 assinala essa descoberta, é evidente que a notícia dêsse acontecimento espalhou-se de tal modo, que até os cartógrafos italianos dessa época a representaram em seus mapas. Então como explicar a perseverança com que os açoreanos a tentaram encontrar após 1424, a começar, pelo que sabemos, por Diogo de Teive em 1452? Por que razão Fernão Teles por duas vêzes, em 28 de janeiro de 1474 e a 10 de novembro de 1475, obteve carta de doação dessa ilha que pretendia descobrir? Qual o motivo de ser concedida carta de doação a Fernão D'Ulmo a 12 de julho de 1486, da ilha *Antilha* ou das *Sete Cidades*, que propunha descobrir?

Sejamos coerentes e não pretendamos tapar o sol com a peneira. A descoberta das sete ilhas principais dos Açôres, pelos portugueses, levou sete anos (1432-1439), e as duas mais ocidentais (Flores e Corvo) mais treze anos (1439-1452). Apesar disso acham plausível que, antes da descoberta da Ilha de Santa Maria em 1432, tivesse havido quem fôsse além, até as verdadeiras Antilhas de Colombo, voltando em tempo de ser esta descoberta assinalada na carta náutica de 1424!

Na época (1431-1432), era temeridade notabilíssima aventurar-se alguém ao mar largo até os Açôres, e a prova é o longo espaço, 20 anos, que levou, como acabamos de dizer, a conclusão das descobertas a fazer nesse arquipélago. Ir 350 léguas mais longe, antes da descoberta dêste arquipélago, teria sido o cúmulo da temeridade, absolutamente inadmissível para os portugueses que, em se tratando de navegação, estavam ainda engatinhando. E a

---

(15). — *Astrolábio e Latitudes*. Lisboa, 1953, separata dos Anais do Clube Militar e Naval, páginas 4 a 6.

prova disso foi a morosidade com que avançaram ao longo da costa ocidental da África, pois só após 14 anos de contínuas tentativas, conseguiu Gil Eanes dobrar o cabo Bojador, em 1434.

Sob o sugestivo título: *Uma carta náutica portuguesa anônima de cerca de 1471*, publicou o historiador português A. Fontoura da Costa, em 1940, sob os auspícios da Agência Geral das Colônias, do Governo Português, um bem elaborado estudo sobre uma carta náutica existente na Biblioteca Estense de Módena, acompanhado de uma reprodução fac-similar da mesma.

A carta que foi desenhada em pergaminho, mede 75 centímetros de comprimento por 65 de largura, sendo que a sua escala é aproximadamente de 1:7.500.000. Abrange o litoral atlântico da Europa e África ocidental, desde a Normandia, na França, até o Rio do Ouro, no Gôlfo da Guiné, trazendo assinalados os arquipélagos da *Madeira, Canárias, Cabo Verde e Açôres*.

Os topônimos são todos portugueses, o que evidencia se tratar de uma legítima carta náutica portuguesa.

A carta não tem escala de latitude nem de longitude, e também não assinala o equador, o que se justifica porque o seu limite sul não atinge a equinocial.

As ilhas dos mencionados arquipélagos estão regularmente representadas quanto à orientação, divergindo portanto das cartas italianas da época medieval, que as orientavam sistematicamente *de norte a sul*.

O que esta carta tem de notável, é a eliminação total das ilhas imaginárias que os cartógrafos da Idade Média distribuíam desordenadamente no Atlântico Norte, exceção feita de uma com o nome *Donayaba*, em forma de um guarda-chuva invertido, que figura entre E e ESE da costa da Bretanha, situada além da zona dos conhecimentos pessoais do cartógrafo. Dêsse modo êste fez questão de evidenciar que, quando desenhava a sua carta, as ilhas que povoavam o Atlântico Norte, exclusão feita das autênticas dos referidos arquipélagos, não tinham sido encontradas.

Inegavelmente esta carta portuguesa, acima de qualquer suspeita, derrama intensa luz sobre essa tão debatida questão que diz com a pretensa prioridade de nautas portugueses no descobrimento da América, estabelecendo definitivamente que, pelo menos até cerca de 1471, os portugueses nada tinha encontrado além das suas autênticas ilhas atlânticas.

Recomendamos o estudo atento desta carta aos que, como os doutos professôres da Universidade de Minnesota, se interessam pela verdade histórica.

Se de 1471 a 1492, quando Colombo descobriu o Novo Mundo, os portugueses encontraram algo, as suas descobertas seguramente

estariam assinaladas no famoso globo de Behaim, o que apreciaremos no final dêste nosso modesto estudo.

\* \* \*

Como bem salientou Henry Harrisse (16), as descobertas marítimas dos portugueses no século XV, na costa ocidental da África, os induziram a sondar o Atlântico com o fito de descobrir as ilhas imaginárias figuradas nesse oceano pelos cartógrafos da época, sôbre a base, mais ou menos fantástica, das lendas da Idade Média.

Assim, em 1431, o príncipe D. Henrique, o *Navegador*, mandou Gonçalo Velho Cabral à procura dessas ilhas imaginárias, assinaladas no mapa que D. Pedro, filho de D. João I, trouxera da Itália em 1428, resultando daí a descoberta de uma parte dos Açores (17). Segundo Gago Coutinho (18), as primeiras ilhas dos Açores teriam sido encontradas por acaso, pelos caravelistas portugueses em viagem larga de regresso da Madeira ou das Canárias.

Mais tarde, essas tradições existentes em Portugal sôbre as ilhas do Mar Oceano, foram levadas pelos seus filhos até a Madeira e à parte então descoberta dos Açores e, dêsse modo, vários navegantes portugueses, principalmente os açoreanos, fizeram-se de vela em procura delas, apesar dos contínuos insucessos.

Como nessas tentativas infrutíferas dos ilhéus, alguns historiadores portugueses querem ver descobertas autênticas de ilhas e mesmo de regiões americanas, vamos resumidamente apreciá-las de acôrdo com os documentos dos arquivos lusitanos, principalmente dos da Torre do Tombo de Lisboa.

Em 1452, Diogo de Teive (19), crente da existência da ilha *Antilha* ou *Sete Cidades*, correu cento e cinquenta léguas para o sudoeste do Faial (uma das ilhas dos Açores), e depois de a ter procurado inútilmente, fêz-se de vela para o ponto de onde partira e, assim navegando, descobriu as Flores.

Era tal, porém, a convicção reinante da existência dessa ilha fantástica que, antes dêsse navegante, outras pessoas se apresentaram um belo dia diante do infante D. Henrique, dizendo ter desembarcado na ilha *Antilha* ou das *Sete Cidades*. Faziam, ao mesmo tempo, uma narração rodeada de fantasia, que tinha voga entre o povo. Mas o infante D. Henrique, que não era homem de se deixar fâcilmente enganar, os tratou àesperamente, dizendo, en-

---

(16). — *Discovery of North America*. Paris, 1892, página 51.

(17). — António Cordeiro, *História Insulana*. Lisboa, 1717, livro IV, capítulo 1, página 97.

(18). — *A Náutica dos Descobrimentos*. Lisboa, 1951, volume I, página 86.

(19). — Ernesto do Canto, *Archivo dos Açores*, volume I, página 250.

tre outras coisas, que voltassem novamente à ilha e trouxessem informações mais precisas, pois as que referiam eram por demais conhecidas e incertas. Esses pseudo-navegantes nunca mais tornaram à presença do Infante, nem se soube notícia deles (20).

Cinco anos depois da viagem de Teive, em 17 de novembro de 1457, o sobrinho de D. Henrique, isto é, D. Fernando, duque de Beja, recebeu de D. Afonso V carta de doação de ilhas que esperava descobrir no Mar Oceano (21).

Em 19 de fevereiro de 1462, concedeu o mesmo rei a João Vogado a posse de duas ilhas oceânicas que êste navegador pretendia ter descoberto, sendo que a referida carta de doação contém o seguinte tópico:

“A quantos esta nossa carta virem fazemos saber que em aquela parte do Mar Oceano, cuja conquista nos é dada por privilégio do Santo Padre, novamente são achadas duas ilhas, as quais não estão povoadas por pessoa alguma, nem delas temos feito mercê a pessoa que haja de as povoar e aproveitar, as quais, segundo a carta de marear, são chamadas uma Lono e outra Caprária” (22).

Não há nenhuma prova de que tenha João Vogado tomado posse dessas ilhas.

Em 29 de outubro de 1462, foi doada a D. Fernando a propriedade de uma ilha imaginária que Gonçalo Fernandes referiu ter apenas avistado ao noroeste das Canárias. Diz a aludida carta de doação:

“O Infante D. Fernando, meu muito prezado e amado irmão nos disse que Gonçalo Fernandes, morador em Tavira, ao vir das pescarias do Rio do Ouro (costa ocidental da África), estando no pego a oesnoroste das ilhas Canárias e da ilha da Madeira, *houve vista de uma ilha e que por o tempo lhe ser contrário não se pode chegar a ella*, a qual o dito meu irmão já mandou buscar por certos sinais que lhe deram dela, *mas não lh'a acharam* e que portanto êle queria *outra vez mandar buscá-la*, nos pedia por mercê que lh'a déssemos, e outorgamos-lhe a dita ilha que achada é ou que *em algum tempo se achar* por seus navios ou por qualquer da dita passagem” (23).

Curioso é que, apesar de terem procurado várias vezes essa ilha, como diz a própria carta de doação, os navios de D. Fernando e de outros navegantes não a encontraram.

Enquanto o govêrno português equipava seus navios e os mandava pela costa da África em procura do caminho da Índia, distri-

(20). — Bartolomeu Las Casas, *Historia de las Indias*. Madri, 1875, volume I, capitulo XIII, página 99 a 100.

(21). — *Alguns Documentos do Archivo Nacional da Torre do Tombo*, Lisboa, 1892, página 22.

(22). — *Alguns Documentos, etc.*, página 28.

(23). — *Alguns Documentos, etc.*, página 32.

buia com generosidade as ilhas que os seus súditos avistavam, mas que nunca chegavam a encontrar, como diz irônicamente Rinaldo Caddeo (24).

Muita tinta foi consumida pelos historiadores portugueses visando provar que a prioridade do descobrimento da América pertence ao açoreano João Vaz Côrte Real, que foi capitão donatário da parte meridional da ilha Terceira. A descoberta (*Terra dos Bacalhaus*) teria se realizado no ano de 1472.

A discussão de há muito podia estar encerrada, se tais historiógrafos se dessem ao trabalho de consultar os documentos da Torre do Tombo, pois que encontrariam neste arquivo a carta patente de 17 de setembro de 1506 assinada por D. Manuel a favor de Vasco Eanes Côrte Real, primogênito de João Vaz, onde existe um tópico que diz que Gaspar Côrte Real, segundo filho dêste açoreano,

*“ffoy o primeiro descobridor das ditas terras [Terra Nova] a sua propria custa e despeza com muito trabalho e risco de sua pessoa”* (25).

Ora, como sabemos, só no ano de 1500 é que Gaspar Côrte Real descobriu a Terra Nova e regiões circunvizinhas.

A 12 de janeiro de 1473, D. Afonso V concedeu à Infanta D. Beatriz uma ilha que esta *tencionava* mandar procurar no Mar Oceano. Diz a carta de doação:

*“A quantos esta carta virem fazemos saber que a Infanta D. Beatriz, minha muito amada e prezada irmã, nos disse que o Infante meu irmão, que Deus haja, havendo alguma informação de uma ilha, que através da ilha de Santiago apparecera alguma vez a mandar buscar e que, como quer que então se não achasse, que ela tinha tenção de outra vez a mandar buscar, se lhe fizessesmos mercê dela para seus filhos, e que porém nos pedia que achando-se lh'a outorgássemos”* (26).

Pelos dizeres dêste documento, chega-se à conclusão de que esta ilha doada a D. Beatriz era tão imaginária como as outras, visto que já tinha sido procurada várias vezes sem o menor resultado.

Apesar dos insucessos obtidos com a procura dessas ilhas no Mar Oceano, continuaram os ilhéus portugueses, principalmente os açoreanos, a se fazer de vela crentes na existência delas. Assim em 21 de janeiro de 1473, Rui Gonçalves da Câmara obteve carta de doação das ilhas que se propunha descobrir no Mar Oceano. Diz um dos tópicos da referida carta de doação:

---

(24). — *Historie della vita*, etc., volume I, página 75.

(25). — *Apud* Henry Harrisse, *Les Corte Real*. Paris, 1883, pág'nas 220 a 222.

(26). — *Alguns Documentos*, etc., página 37.

...“nos enviou dizer como o seu desêjo e vontade era buscar nas partes do Mar Oceano umas ilhas para as haver de povoar e aproveitar. Pedindo-nos que das ilhas *que assim achasse* por si ou seus navios lhe fizéssemos delas mercê e doação” (27).

Pelos dizeres dêste documento, Rui Gonçalves da Câmara pe-dia a posse de ilhas que não sabia onde se achavam, solicitava o domínio de terras que, como diz a carta de doação, tinha desêjo e vontade de ir procurar no Atlântico, levado sem dúvida pelas lendas medievais que diziam estar o Mar Tenebroso dos árabes, cheio de ilhas.

A 28 de janeiro de 1474, recebeu Fernão Teles carta de doação de D. Afonso V, limitando as suas explorações à latitude da Guiné e depois em 10 de novembro de 1475, estendendo os seus direitos à imaginária ilha *Antilha* ou *Sete Cidades*, já procurada sem resultado por Diogo de Teive em 1452. A carta de doação de 28 de janeiro diz em um de seus tópicos:

...“nos praz que, indo êle (Fernão Teles) ou mandando seus navios ou homens às partes do Mar Oceano ou alguém que por seu mandado a isso vá, lhe fazemos doação... de quaisquer ilhas que êle *achar* ou aquelas a que êle *as mandar buscar*... para as haver de mandar povoar, não sendo porém as tais ilhas nas partes da Guiné”.

Na de 10 de novembro, encontra-se o seguinte trecho:

...“assim me praz que se faça e cumpra, por o dito Fernão Teles *ter vontade de as mandar buscar e descobrir, e cuidar que de serem achadas* podiam vir grandes proveitos a meus reinos” (28).

Poderá notar o leitor que pelos dizeres das duas cartas de doação a Fernão Teles, conclui-se que se trata simplesmente de mero projeto de procurar ilhas no Mar Oceano e não de posse efetiva de alguma delas.

Apesar de alguns navegantes açoreanos, tais como Álvaro e João Fonte, ficarem pobres devido a contínuas expedições infrutíferas em procura de ilhas oceânicas (29), os portugueses ilhéus não arrefeciam, e Antônio Leme, da ilha da Madeira, fazendo-se de vela, ao voltar disse que tinha visto três ilhas ao oeste da Terceira (30). Ora, na direção em que Antônio Leme disse ter visto três ilhas (oeste da Terceira), encontramos num mapa moderno as de

(27). — *Alguns Documentos, etc.*, página 37.

(28). — *Alguns Documentos, etc.*, páginas 38 a 42.

(29). — Gaspar Frotuoso, *História Genealógica de São Miguel nas Saudades da Terra*. Ponta Delgada, 1876, volume 8.º, página 73.

(30). — Bartolomeu Las Casas, *obra citada*, volume I, página 98.

São Jorge, Fayal e Pico, tôdas dos Açôres, naquela época já descobertas.

Por carta de doação de 30 de junho de 1484, D. João II nomeou Fernão Domingos do Arco, da ilha da Madeira, governador de uma ilha que dizia ver cada ano no ocidente e que *desejava ir buscar* (31).

Em 1484, um outro navegante português da Madeira, pediu a D. João II que lhe concedesse uma caravela, pois que desejava tomar posse de uma terra *que supunha ter visto* a oeste dos Açôres (32).

Acreditando piamente na existência da ilha fantástica *Antilha* ou das *Sete Cidades*, procurada como já vimos, sem resultado por Diogo de Teive em 1452, e por Fernão Teles em 1475, pediu e obteve, em 12 de julho de 1486, de D. João II, o navegador Fernão D'Ulmo, carta de doação protegendo a posse das terras ou ilhas que êle ou seus agentes descobrissem no Mar Oceano. A carta de doação a favor de Fernão D'Ulmo contém êste tópico:

“veio agora e nos disse como êle nos queria *dar achada uma grande ilha ou ilhas ou terra firme por costa que se presume* ser a ilha das Sete Cidades, e isso tudo à sua própria custa e despesa, e que nos pedia que lhe fizéssemos mercê e real doação *da dita ilha ou ilhas ou terra firme que êle assim descobrisse ou achasse ou outrém por seu mandado*, e assim lhe fizéssemos mercê de tôda a justiça com alçada de poder enforçar, matar, e de tôda outra pena criminal da dita *ilha ou ilhas e terra firme* povoadas e despovoadas, com tôdas as rendas e direitos, que em as ditas ilhas e terra se pudesse haver para êle Fernão D'Ulmo e herdeiros descendentes” etc. (33).

Querem alguns historiadores afirmar que D'Ulmo não ia descobrir, mas sim tomar posse efetiva de terras que já conhecia. Mas essa opinião é contrariada pela passagem da carta de doação que diz que a posse lhe é dada de

“ilha, ou ilhas ou terra firme, *que êles assim descobrisse ou achasse*”.

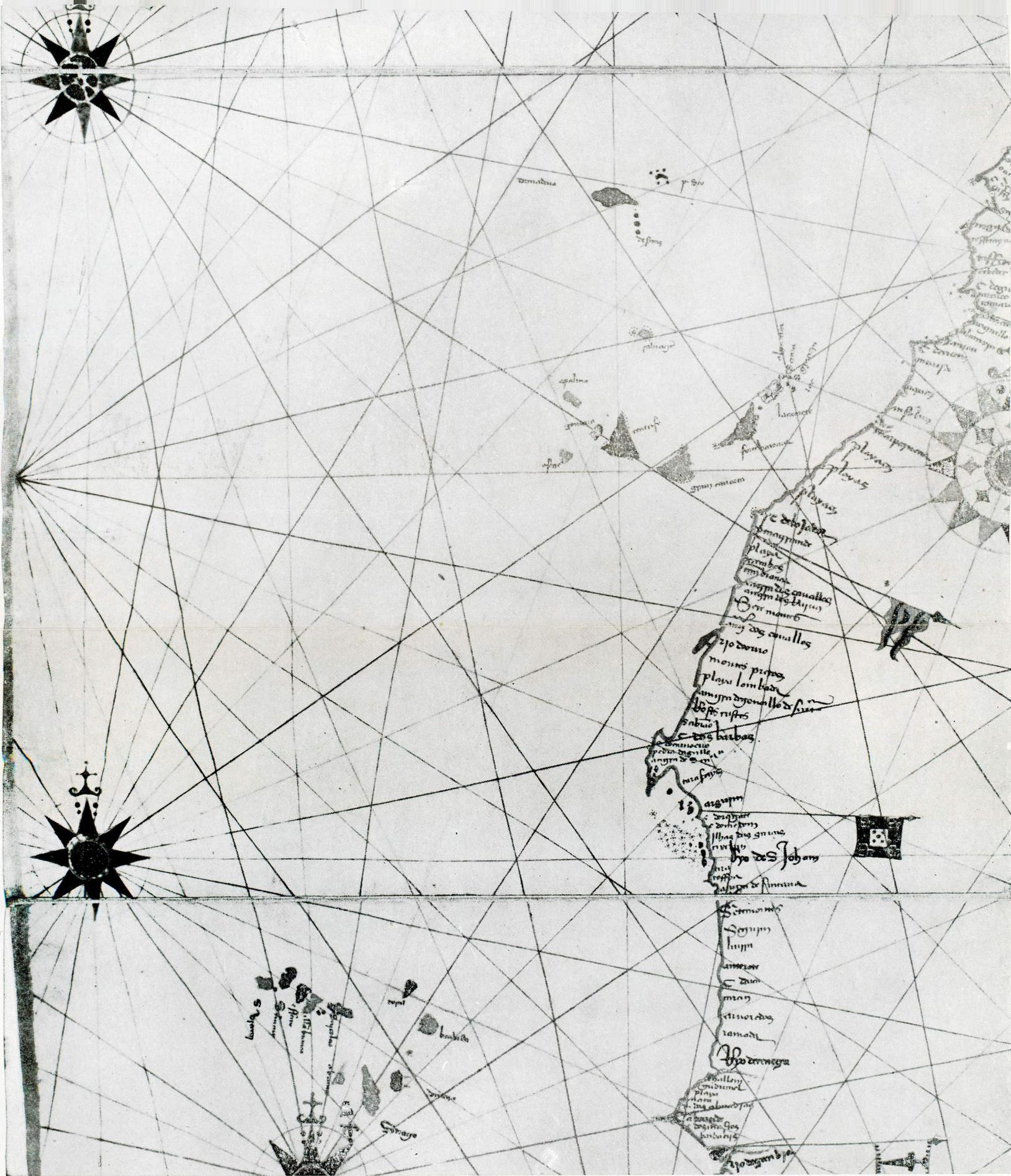
Acresce ainda outra circunstância — Fernão D'Ulmo não sabia ao certo o que iria encontrar nessa sua viagem a que se refere a carta de doação, em parte, ora aqui transcrita: “*se ilha, se ilhas ou terra firme*”, o que evidencia que tudo não passava de mero pro-

---

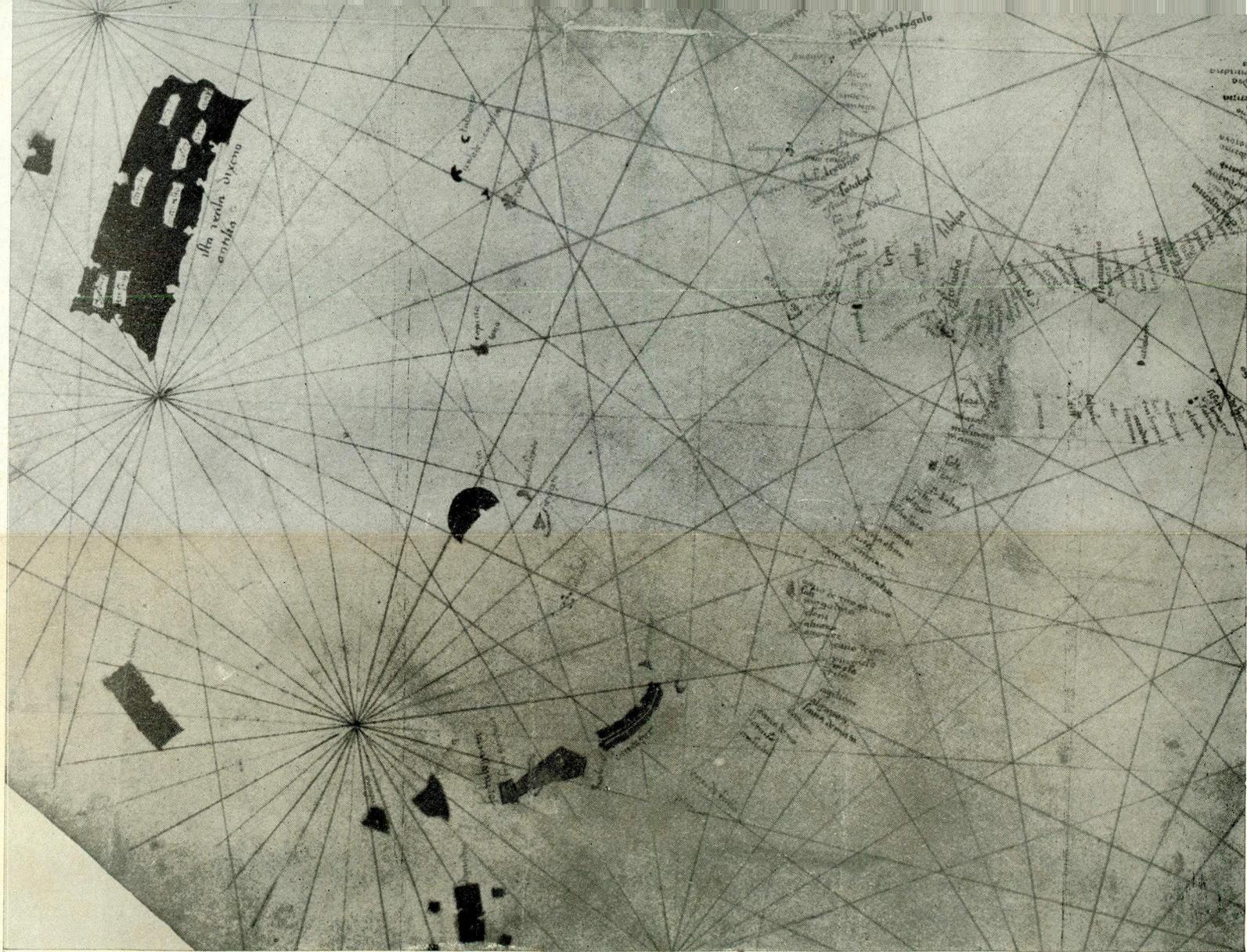
(31). — *Alguns Documentos*, etc., página 56.

(32). — Navarrete, *Collección de los viajes y descubrimientos que hicieron por mar los Españoles desde fines de siglo XV*, volume I, página 5.

(33). — *Alguns Documentos*, etc., páginas 58 a 61.

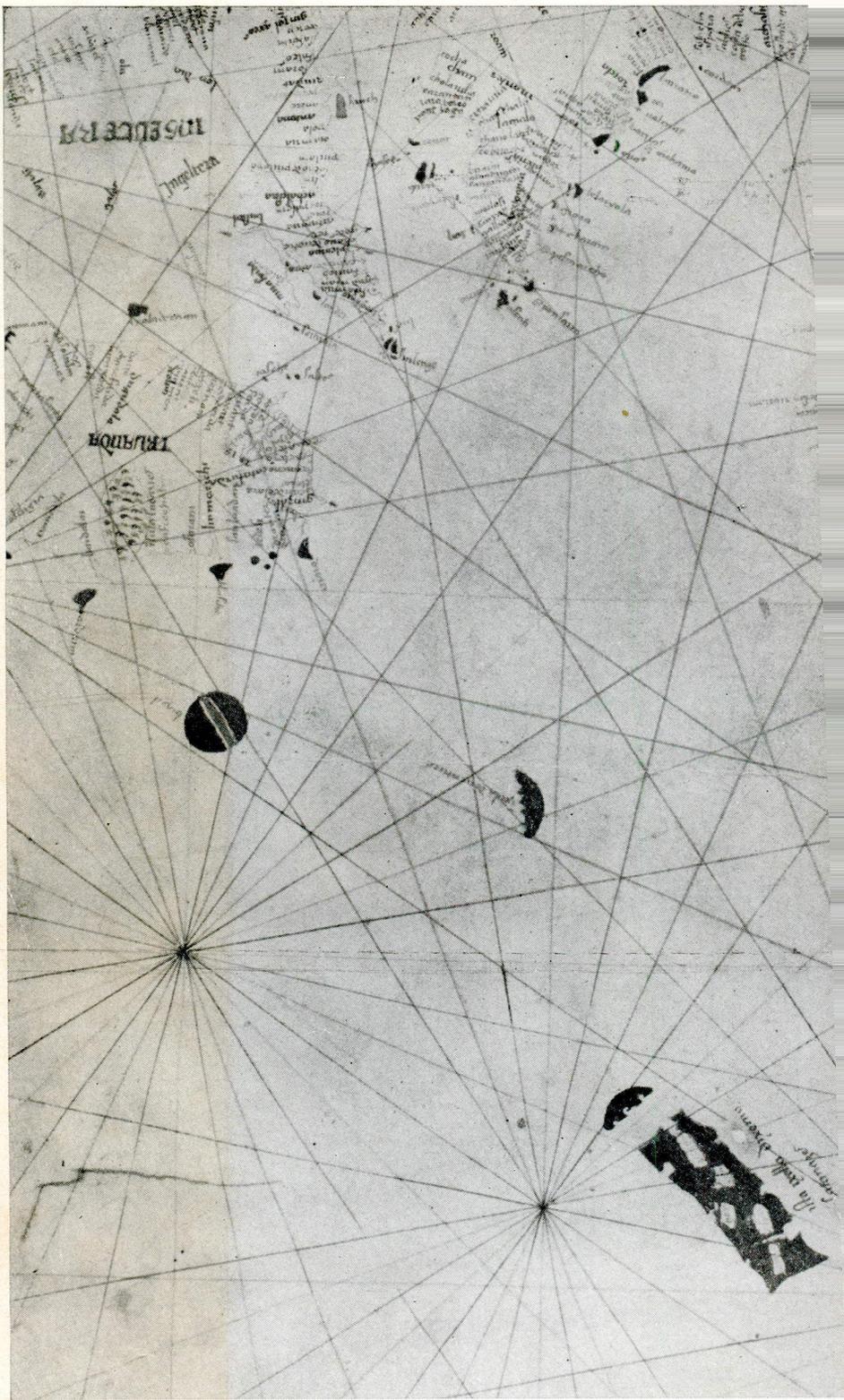


Carta náutica anónima portuguesa de cerca de 1471.



Trecho da carta náutica de 1424. Reprodução autorizada pelo sr. John Parker, curador da coleção James Fard Bell, da Biblioteca da Universidade de Minnesota.







jeto de, à semelhança de outros navegantes ilhéus, sondar o mar a oeste dos Açores.

Mas o que é fato provado, é que já nessa época a maioria dos ilhéus estavam desanimados, e isso com justa razão, de procurar ilhas no Mar Oceano, notadamente a *Antilha* ou *Sete Cidades*, pois já alguns dêles tinham ficado reduzidos à penúria, equipando navios que depois de se fazerem de vela para o oeste, noroeste e sudoeste dos Açores, voltavam avariados e mesmo desfalcados de alguns tripulantes, sem nada terem descoberto. E a prova dêsse desânimo é que Fernão D'Ulmo apesar de ter procurado um sócio rico na pessoa de um tal João Afonso de Estreito, não encontrou apóio para poder tripular navios; a fim de pôr em execução o seu projeto.

Quanto à referência de uma primeira viagem de João Fernandes (Lavrador?) às terras boreais da América, em 1492, como bem pondera Henry Harrisse (34), até agora não foram encontradas nas crônicas portuguesas da época e bem assim nos arquivos da Torre do Tombo, provas dessa viagem anterior a de Colombo. Apenas foi encontrada uma concessão do rei D. Manuel a favor de João Fernandes, da Terceira, feita em 28 de outubro de 1499, que diz:

“D. Manuel, etc. A quantos esta nossa carta virem fazemos saber que Joham Fernandes, morador em a nossa ilha Terceira, nos disse que por serviço de Deus e nosso *se queria trabalhar de ir buscar e descobrir algumas ilhas* de nossa conquista à sua custa e vendo nós seu bom desejo e propósito além de lh'o termos em serviço a nós apraz e lhe prometemos esta ilha darmos de feito daremos a capitania de qualquer ilha ou ilhas assim povoadas como despovoadas que êle descobrir e achar novamente...” (35).

Se após essa concessão foi organizada uma expedição, para onde se dirigiram os navios, qual o resultado de tal tentativa, tudo não passa de meras conjecturas. Quase dois anos depois dessa concessão outorgada por D. Manuel a João Fernandes (Lavrador?), em 19 de março de 1501, o rei Henrique VII da Inglaterra expediu carta patente a favor de três comerciantes de Bristol associados a três açoreanos, um dos quais de nome João Fernandes, autorizando-os a realizarem descobertas nas regiões boreais da América. Pelos dizeres da carta de doação assinada por D. Manuel a favor de João Fernandes, verifica-se ser ela nos seus dizeres, idêntica às demais outorgadas por D. Afonso V e D. João II aos navegantes ilhéus, desejosos de procurar ilhas imaginárias no Mar Oceano.

(34). — *Discovery of North America*. Paris, 1892, página 58.

(35). — Apud Henry Harrisse, *Les Corte Real*. Paris, 1883, página 44.

Uma coisa é conveniente que declaremos. Não foram unicamente os navegantes portugueses que, antes de Colombo, sondaram o Atlântico Norte em procura de ilhas imaginárias. Também os ingleses, no fim do século XV, sulcaram o Mar Oceano em procura das célebres ilhas *Brasil* e *Sete Cidades*. Ora, uma vez que se quer dar a prioridade da descoberta da América aos portugueses, simplesmente com base nessas viagens infrutíferas, notadamente dos açorianos, por que não atribuir também aos ingleses uma parte dessa pretensa glória?

Em junho de 1480 partiu de Bristol em procura da ilha *Brasil*, e provavelmente também das *Sete Cidades*, um navio que, apañado por tempestade, voltou sem ter ancorado após uma viagem de nove meses. Era comandado por um nauta de nome Thomas Llyde (36).

Pedro de Ayala, embaixador da Espanha na Inglaterra, na comunicação que a 25 de julho de 1498 enviou aos Reis Católicos, faz referência às tentativas dos ingleses de procurar ilhas oceânicas quando diz:

“Los de Bristol, *ha siete años* que cada año an armado dos, tres, quatro caravelas para ir a buscar la isla del *Brasil* y das *Siete Ciudades*” (37).

Como mui judiciosamente diz Henry Harrisse (38), foram essas viagens infrutíferas dos ilhéus portugueses em procura de ilhas no Mar Oceano, uma das razões em que, certamente, se apoiou D. João II para recusar pôr em execução o projeto de Colombo de procurar a Ásia rumo ao Ocidente.

\* \* \*

Os conhecimentos geográficos dos portugueses e especialmente dos açorianos, antes da viagem de Colombo, acham-se reunidos e representados gráficamente no célebre globo de Nuremberg, feito no mesmo ano (1492) desta viagem, sob a direção de Martim Behaim, que concorreu com todos os dados que naquela época constituíam descobertas recentes (posteriores à viagem de Marco Polo), a saber: a dos portugueses na costa ocidental da África até o cabo da Boa Esperança e dos portugueses e espanhóis no mar largo fronteiro à Europa e África Setentrional.

Diz o texto desse globo:

---

(36). — *Itinerarium Willelmi Botoner, dict. de Worcester*, manuscrito da Biblioteca do Colégio de Corpus Christi, em Cambridge.

(37). — *Documento do arquivo de Simancas*, Espanha.

(38). — *Discovery of North America*, página 52.

“Saiba-se que êste globo representa as dimensões da terra tanto em longitude como em latitude, medidas geomêtricamente segundo a cosmografia ptolomaica quanto a uma parte, e quanto ao resto segundo Marco Polo e o respeitável cavaleiro e doutor João de Manderville. O illustre D. João, rei de Portugal, mandou em 1485, visitar pelos seus navios todo o resto do Globo para o sul, desconhecido de Ptolomeu: descoberta em que eu, autor dês-te globo, tomei parte. Ao Ocidente fica o mar chamado Oceano, onde se navega até mais longe do que Ptolomeu julgava possível; além das colunas de Hércules até as ilhas dos Açores encontram-se Fayal e Pico, que são habitadas pelo nobre e piedoso cavaleiro de Hüter de Morchirchen, meu querido sogro, e por colonos saídos de Flandres. Nas regiões tenebrosas do norte, para além dos limites indicados por Ptolomeu, vcem-se a Islândia, a Noruega e Rússia, hoje conhecidas, e para as quais todos os anos se dirigem navios, apesar dos homens serem tão ingênuos que julgam que se não pode navegar por tôda a parte, em razão da forma do Globo” (39).

Pelo texto, notamos que além das colunas de Hércules, isto é, no Atlântico só se navegava até os Açores e portanto era ainda desconhecida a existência da América. Nas regiões norte só se sulcavam os mares até à Islândia, Noruega e Rússia, sendo conclusdente a completa ignorância que então havia em Portugal e suas ilhas atlânticas (Madeira, Cabo Verde e Açores) da existência das regiões boreais do continente americano.

Em algumas das descobertas marítimas dos portugueses, Behaim tinha tomado parte pessoal, e a sua residência nos Açores, na ilha do Fayal, de 1486 a 1490, o tinha familiarizado com as outras. Dêsse modo, nenhum documento cartográfico do século XV era tão *up to date* como êste, e a comparação com os outros que têm sido conservados, demonstra que nenhum outro foi elaborado com tão grande dose de conhecimentos pessoais e de critério geográfico como êste.

A contribuição pessoal de Behaim na confecção do globo foi presumivelmente limitada à representação da costa ocidental da África e das ilhas atlânticas até então definitivamente conhecidas, ao passo que a outra parte referente às costas asiáticas, êle as representou, segundo declara no texto, de conformidade com a descrição de Marco Polo.

Na parte representada de acôrdo com a sua contribuição pessoal, notamos os arquipélagos da Madeira, Canárias, Cabo Verde e Açores que se acham mui regularmente figurados. Das ilhas ima-

---

(39). — Aproveitamos a tradução dada à inscrição alemã por César Cantú, *História Universal*, volume XII, página 140.

ginárias que os cartógrafos dos séculos XIV e XV e começo do XVI, faziam aparecer, desaparecer e mudar de lugar, como as peças no taboleiro de jogo de xadrez, à semelhança do que ocorria com as de nome *Brasil*, *Bentula*, *Cholonbi*, *Corbo marino*, *Capraria*, *Louo* e outras, só foram conservadas no Atlântico a *Antilha* ou *Sete Cidades* e a de *São Brandão*, situadas muito além da zona dos conhecimentos pessoais deste cosmógrafo e assim presumivelmente figuradas, como as da costa asiática, sob a responsabilidade dos seus colaboradores no globo, os quais seguiram as praxes estabelecidas entre os cosmógrafos e cartógrafos dessa época, ao passo que, ao que parece, Behaim na sua contribuição ao globo, caprichava em só figurar o que tinha sido verificado positivamente.

Do mesmo modo, no Atlântico Setentrional as ilhas fora das costas americanas ainda não conhecidas, já descobertas, figuram com os respectivos nomes e as bandeiras dos países a que pertenciam, ao passo que aquelas cuja existência não tem sido verificada até hoje (*Antilha* e *São Brandão* e mais duas sem nome fora das costas irlandesas) estão sem bandeiras, e no caso de ter nome, têm como já vimos, uma inscrição que claramente indica a opinião de Behaim a respeito do seu caráter mítico (40).

E' este característico da discriminação entre o certo e o incerto que dá uma importância capital, na presente discussão, ao globo de Behaim. Tendo residido, como já dissemos, nos Açores, ninho das expedições marítimas para o oeste, sudoeste e noroeste dêsse arquipélago, ocupando-se como vivo interesse com as descobertas feitas e por fazer, é decisivo o seu testemunho quanto aos conhecimentos geográficos dos açoreanos do seu tempo.

Eram-lhe sem dúvida conhecidas tôdas as tentativas feitas pelos portugueses, não sòmente das ilhas como da terra firme, para descobrir novas ilhas ou terras e bem assim as notícias correntes entre marinheiros relativas às supostas descobertas. Com a disposição de espírito revelada nas informações e sugestões, que por intermédio da carta de Monetário (41) foram transmitidas ao rei de Portugal, é certo que teria investigado a fundo estas notícias, e

(40). — No globo de Behaim junto à ilha *Antilha* ou *Sete Cidades* existe uma inscrição em alemão que diz: "Quando se contavam 734 anos depois do nascimento de Jesus Cristo e quando tôda a Espanha foi conquistada pelos infiéis da África, foi habitar a ilha *Antilha*, chamada *Sete Cidades*, ac'ma desenhada, um arcebispo do Porto e mais seis outros bispos e outros cristãos, homens e mulheres, que tinham fugido da Espanha com todos seus haveres e animais domésticos". A inscrição junto à ilha imaginária de *São Brandão* diz: "No ano 565 depois do nascimento de Jesus Cristo chegou *São Brandão* com o seu navio até esta ilha, onde viu muitas coisas maravilhosas, voltando para sua terra só sete anos depois".

(41). — A carta que o Dr. Jerônimo Monetário (Münzmeister) enviou de Nuremberg a D. João II, em 14 de julho de 1493, existe por cópia no único exemplar da obra existente na Biblioteca de Évora, sob o título: *Tractado da Sfera do mundo tiraroa de latim em ligosé português Com uma carta que hum grãde doutor Alemam mandou a el Rey de Portugall dom Ioam ho segundo*.

que achando-as merecedoras de crédito, as respectivas descobertas teriam sido figuradas no seu globo. O fato dêle figurar entre a costa da Europa, África e da Ásia, com a sua competente orla de ilhas reais e imaginárias referidas por Marco Polo, só as ilhas positivamente reconhecidas e mais as imaginárias já atrás mencionadas, é prova evidente que, antes da viagem de Colombo, os açoreanos nada conheciam além de seu arquipélago, se bem que acreditassem haver ao sul (*Sete Cidades* e *São Brandão*) e ao nordeste (sem nome no globo, *Maydas*, *Verde* e *Brazil* em alguns mapas) — porém não ao oeste e ao norte — outras ilhas cuja existência não foi até hoje verificada.

A carta de Monetário enviada a D. João II, em 14 de julho de 1493, registra por escrito as informações e indicações relativas à existência de terras ao oeste das ilhas atlânticas já conhecidas (Açores e Cabo Verde) que Behaim tinha podido colher e que registrou gráficamente no seu globo; e em vista das circunstâncias do caso, nenhuma dúvida pode haver de que o globo e a carta de Monetário revelam fielmente, os conhecimentos positivos adquiridos pelos portugueses, principalmente pelos açoreanos antes do ano de 1492, tanto mais que Monetário, além de ser amigo de Behaim, residia na mesma cidade em que êste fêz o seu famoso globo.

Os dizeres da carta de Monetário são antes indicações e suposições, sendo as mesmíssimas que Toscanelli e Colombo já tinham comunicado aos reis de Portugal e Espanha com o fim de induzi-los à magna empresa que haviam sonhado de, caminhando para oeste, alcançar a costa asiática.

A preocupação dos açoreanos, manifestada por numerosas viagens de exploração, era a descoberta das ilhas, cuja existência constava das lendas e tradições que tinham trazido de Portugal ou das observações mais ou menos dubitativas dos seus próprios navegantes; ao passo que a opinião da proximidade da costa asiática era a de um pequeno grupo de cosmógrafos letrados e sonhadores do continente que, aceitando as crenças e notícias vagas e as indicações positivas dos ilhéus, lhe deram um alcance da maior importância. Dêste último grupo a História só tem conservado os nomes de Toscanelli, Colombo, Behaim e Monetário, e os momentosos resultados da primeira viagem de Colombo, tão diferente dos antecipados, — justificaram incidentalmente a incredulidade com que as suas idéias foram recebidas.

Ao concluirmos êste desprezencioso trabalho, somos de parecer que o curador da coleção James Ford Bell, da biblioteca da Universidade de Minnesota, deve guardar com o máximo cuidado a carta náutica de 1424, porque inegavelmente se trata de um precioso documento cartográfico que nos revela qual era a idéia que,

naquela época, tinham os povos da Europa da existência de terras ao Ocidente.

Fora dessa utilidade, a carta em apreço não serve para outro fim, não se presta para provar, como as demais dos séculos XIV e XV, um descobrimento pré-colombiano da América, como pensamos ter evidenciado.

*T. O. MARCONDES DE SOUZA*

Da Sociedade de Estudos Históricos de São Paulo, do  
Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo.